



REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS

A REALIDADE DA BALANÇA DE PODER: ARGUMENTOS PRÓS E CONTRAS

Magnus Dagios¹

Resumo: A pesquisa desenvolvida tenta explicar os principais aspectos da teoria da balança de poder e sua variante, o equilíbrio do terror. Em que medida ela é adequada para explicar as relações interestatais e se de fato ela consegue ocasionar o equilíbrio e a estabilidade almejada? Através de uma investigação bibliográfica sobre os conceitos principais e os motivos de que se servem os vários teóricos das relações internacionais para defender essa posição, quais seriam os pontos fortes e fracos que estão entrelaçados no debate? Será utilizado as propostas do jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio como contraponto à doutrina realista. Como resultado, Bobbio mostra a importância da busca por uma consciência atômica, e como ela pode combater a vontade de potência.

Palavras-chaves: Balança de Poder, Equilíbrio do Terror, Realismo Político, Pacifismo.

THE REALITY OF THE BALANCE OF POWER: PROS AND CONS

Abstract: The research developed tries to explain the main aspects of the balance of power theory and its variant, the balance of terror. To what extent is it appropriate to explain the interstate relations and whether it can cause the desired balance and stability? Through a bibliographical investigation on the main concepts and the reasons used by the various international relations theorists to defend this position, what would be the strengths and weaknesses that are intertwined in the debate? The proposals of the Italian jurist and philosopher Norberto Bobbio will be used as a counterpoint to the realistic doctrine. As a result, Bobbio shows the importance of the search for an atomic consciousness and how it can combat the will of power.

Keywords: Balance of Power, Balance of Terror, Political Realism, Pacifism.

LA REALIDAD DEL EQUILIBRIO DE PODER: ARGUMENTOS A FAVOR Y EN CONTRA

¹ Dr. em Filosofia pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Prof. no Departamento de Filosofia e no Mestrado em Filosofia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Resumen: La investigación desarrollada trata de explicar los principales aspectos de la teoría del equilibrio de poder y su variante, el equilibrio del terror. ¿Hasta qué punto es apropiado explicar las relaciones interestatales y si realmente puede causar el equilibrio y la estabilidad deseados? A través de una investigación bibliográfica sobre los principales conceptos y las razones utilizadas por los diversos teóricos de las relaciones internacionales para defender esta posición, ¿cuáles serían las fortalezas y debilidades que se entrelazan en el debate? Las propuestas del jurista y filósofo italiano Norberto Bobbio serán utilizadas como contrapunto a la doctrina realista. Como resultado, Bobbio muestra la importancia de la búsqueda de una conciencia atómica y cómo puede combatir la voluntad de la potencia.

Palabras clave: Equilibrio de Poder, Equilibrio de Terror, Realismo Político, Pacifismo.

Introdução

Neste trabalho apresentarei a teoria da balança de poder frequentemente defendida por autores realistas nas relações internacionais, e as diferentes perspectivas de defesa e os argumentos contrários a essa teoria. Uma teoria que se propõe uma descrição dos fatos e das decisões nas relações entre os Estados, mas que também pode conter traços prescritivos da corrente do realismo político. Nesse último caso, seria possível, e em que medida, uma crítica a essas teorias? Em relação a estas, analisarei os argumentos de Norberto Bobbio contra a corrida armamentista e as contradições do “equilíbrio do terror”. Em consequência, os realistas afirmam que não existiria outras formas mais contundentes de pensar as relações entre os Estados sem referência a corrida armamentista pelo equilíbrio, e ela permanecerá como a teoria *mainstream* quando se analisa os aspectos políticos internacionais. Alguns questionamentos e tentativas de respostas a esse problema serão abordadas abaixo.

1. A Teoria da Balança de Poder: aspectos principais

Em geral os chamados teóricos realistas das relações internacionais propõem algumas premissas que permitem defenderem a teoria da balança de poder. Os Estados, que são as unidades organizadas consideradas como agentes na ordem internacional, estão em relações de anarquia, ou em estado de natureza hobbesiano, uns em relações aos outros. Não existe um terceiro acima das partes que faça valer os contratos firmados entre as entidades soberanas. Desse modo, eles somente podem contar com suas próprias forças para a resolução dos seus interesses e na garantia de sua segurança, o que se enfatiza o sistema internacional como sendo de autoajuda. Nessa descrição, um princípio também é subsumido pelos realistas: a política internacional é uma disputa constante por poder e segurança. A tendência de busca por poder e

segurança vão levar os demais Estados a fazerem o mesmo, num processo em que em última instância, a guerra será o recurso a ser utilizado. Esse é o chamado dilema de segurança, que afirma que quando algum Estado busca se armar para garantir a própria segurança, na anarquia internacional, levará irremediavelmente os demais a fazerem o mesmo, por se sentirem ameaçados e não saberem sobre as reais intenções dos outros. Nesse contexto, a corrida armamentista é praticamente inevitável e somente é limitada de acordo com as capacidades materiais de cada unidade soberana. O dilema traz uma sensação de insegurança constante:

In an anarchic, self-help system, a state's defensive search for security can have the perverse effect of leading to greater insecurity by triggering an open-ended cycle of moves and countermoves, because when a state increases its military capabilities, prudence constrains others to respond in kind. International politics thus are a ceaseless search for power and security that requires states to pay constant attention to the relative distribution of power among them. (LAYNE, 2004, p. 105)

O sistema de autoajuda determinará a suprema necessidade do Estado, ou seja, a sua própria sobrevivência. Os objetivos dos Estados podem ser múltiplos, mas todos requerem a garantia da própria independência e de sua permanência ao longo do tempo. Nesse contexto, o conflito é uma consequência do estado de natureza anárquico quando os países buscam sobreviver. A ameaça do uso das armas é sempre uma possibilidade real, quando não há instâncias que garantem o respeito as regras e aos pactos internacionais. Por conseguinte, os Estados não podem ignorar as suas capacidades e a distribuição de poder no sistema.

As maneiras de atingir a estabilidade são a formação de equilíbrio de poder entre as unidades soberanas ou a preponderância de uma unidade hegemônica. Há uma divisão entre os realistas sobre essa questão, mas em geral, os realistas tradicionais, tendem a adotar a balança de poder como sendo a geradora de maior segurança. Estes teóricos acreditam que um sistema multipolar de Estados, em que o poder é distribuído de forma equilibrada entre os principais atores, permitem que o sistema seja mais estável. Um Estado hegemônico, ao invés de proporcionar relações pacíficas, ocasionam situações de dilemas de segurança, pois ameaçam a segurança dos demais:

Thus, according to traditional Realists and Neorealists, for other states in the international system, a hegemon's rise is the most acute manifestation of the security dilemma. To prevent the emergence of a hegemon, states balance either by building up their own military capabilities (internal balancing), by forming alliances with others (external balancing), or by combining these two forms of balancing. ((LAYNE, 2004, p. 105)

Contrários a essa proposta, os realistas defensores da hegemonia acreditam que o sistema de balanço de poder é mais instável, pois a guerra é mais provável, quando mais Estados possuem condições para a batalha e podem calcular as reais chances da vitória. Enquanto que em sistemas hegemônicos o desequilíbrio do poder bélico levará a impossibilidade da guerra, pela falta de capacidades dos atores em desvantagem. O Estado hegemônico garante a segurança, ao bloquear as tentativas de aumento das capacidades dos demais atores do sistema internacional.

2. Os argumentos favoráveis para considerar a balanço de poder como operante na ordem internacional

Em nossos dias, novos atores entraram na cena política internacional: atores não estatais tais como ONGs, organismos transnacionais, indivíduos, terroristas, tráfico internacional e atores das chamadas novas guerras. Somados as condições da interdependência internacional e aos resultados da globalização, este contexto poderia ser considerado um desafio para as interpretações realistas sobre a balanço de poder entre os Estados. Na medida em que, essas construções de relações, geralmente em instituições, alterariam as expectativas dos atores, abrandando o seu comportamento bélico, pelas medidas de transparência, informações e acordos nesses organismos ou regimes internacionais. Os Estados poderiam, a partir disso, cooperar mais do que ameaçar os demais.

Contudo, os realistas e neorrealistas contemporâneos, são contundentes em afirmar que a balanço de poder e suas consequências permanecem ainda a ser a explicação principal que dever ser considerada quando se analisa as relações entre entes soberanos. A balanço pode se transmutar para novas formas de relações, sem alterar a sua essência: a busca por segurança em estado de anarquia, leva os Estados a uma competição, na qual o objetivo é equilibrar o jogo para não ser subjugado pelos demais.

Anarchy thus compels states to increase their power, because security and physical survival cannot be divorced from power maximization. As a result, the competition for power becomes a natural state of affairs in international politics. If and when a single state or coalition of states gains preponderance, however, it will eventually attempt to impose its will on others. Weaker states could lose their security and, in rare cases, cease to exist. Thus, faced with the prospect of domination and possibly elimination, weaker actors flock together to form balancing coalitions, "for it is the stronger side that threatens them". (PAUL, 2004, p. 4).

Assim, a balança de poder continua a permitir uma análise contundente nas relações entre os Estados, de acordo com os realistas, o que se modifica são as formas em que os atores buscam a sobrevivência no sistema. Uma balança de poder, nesse caso, poderia ser *Hard* ou *Soft*. *Hard balancing* é a estratégia em que estados estão em rivalidade extrema, e usam seus recursos para aumentar suas capacidades militares e manter alianças benéficas para enfrentar seus oponentes. *Soft balancing* ocorre quando os Estados fazem acordos limitados de segurança para equilibrar as ações dos outros poderes ameaçadores. Nesse caso, existem poucos investimentos em armas, além de participação e cooperação em organismos internacionais, o que aumenta a transparência e diminui a desconfiança mútua. Porém, esta situação poderá retornar para a condição *hard balancing* se as relações se tensionarem por ameaças (PAUL, 2004, p. 3). Destarte, a balança de poder poderá se modificar ao longo do tempo e de acordo com os contextos, mas sua sombra estará presente.

Estados fracos ou pequenos, frequentemente juntam-se a outros para formar alianças, ou a uma grande potência, para diminuir as chances de serem aniquilados. As formações de balança de poder, podem operar em diferentes áreas, desde a tradicional política-militar, em questões econômicas e tecnológicas, até aspectos estratégicos e informacionais. Estas coalizões podem ser em nível regional ou em nível global.

Com essa descrição conceitual já é possível elencar dois motivos que são considerados como cruciais para os realistas quando defendem que a balança de poder irá se formar, e porque ela deve se estabelecer em subsistemas regionais ou em sistemas globais. O primeiro é a de caráter descritivo: balanças de poder correspondem à própria lei da política internacional, como uma lei natural nas relações entre os Estados soberanos. Como explica Kenneth Waltz:

Um sistema de autoajuda (baseado no próprio interesse) é um sistema no qual aqueles que não se ajudam a si mesmos, ou os que o fazem menos eficazmente do que os outros, não conseguirão prosperar, expor-se-ão ao perigo, sofrerão. O medo dessas consequências tão indesejáveis estimula os estados a comportarem-se de formas que tendem para a criação de balanças de poder. (WALTZ, 2002, p. 165).

Por conseguinte, as balanças de poder se formam independentemente da vontade dos poderes envolvidos. Elas serão mantidas ou reconstruídas o tempo todo mesmo não sendo o objetivo dos atos dos atores. O segundo motivo é de caráter descritivo e prescritivo ao mesmo tempo, pois aqueles que defendem a análise das formações de balanças de poder recorrentes e

que se resolvem em sistemas internacionais mais equilibrados, também defendem que elas devem ser mantidas para uma maior estabilidade internacional:

Stability is a key goal of power balancing as a policy instrument. International stability implies that when a balance of power prevails, all units survive, no single state becomes preponderant, and no large-scale (great power) war takes place. To some balance of power theorists, the true virtue of the system is that all states, be they small or big, survive and that a certain order is maintained. Because the status quo is continuously maintained or reproduced, “no actor experiences a loss of resources or power.” Classical realists couple legitimacy with balance of power as the two necessary conditions for maintaining international order. (PAUL, 2004, p. 6).

A estabilidade proporcionada pela balança de poder é talvez o maior argumento dos realistas para a defesa dessa forma de política para as relações internacionais. O equilíbrio mantido e buscado pelos Estados, segundo eles, pelos aspectos das capacidades físicas da balança de poder, somado a uma legitimidade que garante o *status quo* dos Estados soberanos, tornam a busca pela modificação do sistema, algo quase que inviável para aqueles que pensam em novas aventuras na arena internacional. Assim, os Estados desse sistema de balança de poder impedem que outros, seja individualmente ou em coalisção, surjam com preponderância para alterar as regras do jogo. As regras de legitimidade da balança forçam a todos a respeitar o princípio da soberania, independente das capacidades dos Estados envolvidos, o que garante a estabilidade do sistema ao prevenir distúrbios e guerras. Alguns autores que modificaram a ideia da balança de poder para a noção de balança de ameaças (são propriamente as ameaças que os Estados levam em consideração quando buscam o equilíbrio), mantiveram a sua importância, pois as intenções e as percepções não são confiáveis. A busca por uma balança contra ameaças é mais segura do que confiar nos acordos com Estados fortes em políticas de *bandwagoning* (se aliar ao mais forte por segurança e espólios) (PAUL, 2004, p. 8).

Em relação as Armas de Destruição em Massa, como as armas nucleares, qual o equilíbrio que deveria ser buscado? Para o teórico Hedley Bull a balança também deveria agir nessas questões. Como crítico da corrente do pacifismo, que defende a não proliferação das armas e o desarmamento como condição para a paz, Bull defende o equilíbrio, seja no aumento ou na redução das armas, sejam estas armas convencionais ou nucleares. As tentativas de desequilibrar a balança deveriam ser contidas por propostas regulatórias da sociedade internacional com o objetivo de garantir a balança de poder. As propostas pacifistas de desarmamento são vistas como uma interferência na balança e podem gerar instabilidades (NETO, 2011, p. 27).

Assim, os armamentos e as armas nucleares, não seriam negativas no todo, desde que se gerissem os riscos através da cooperação internacional. Nesta ideia está o objetivo de tirar vantagens possíveis dessas armas para a garantia da estabilidade internacional, ao se utilizar na prática de ações pragmáticas que resultariam em benefícios para a ordem interestatal, como explica Neto:

Bull insiste na necessidade de distinguir-se o discurso dos Estados e suas políticas reais no tocante ao desarmamento. No discurso, a ideia da abolição das armas nucleares ocuparia lugar de honra, já que a renúncia a esse objetivo seria desastrosa para quem tenha ambição de sobreviver na vida política: o desarmamento, segundo Bull, é um objetivo profundamente enraizado nos temores e nas esperanças da humanidade. Na prática, contudo, ele seria utilizado de forma mais seletiva e utilitária, no esforço para o gerenciamento da balança de poder (NETO, 2011, p. 27-28).

Com isso, Bull não pretende o completo desarmamento, mas o controle que visa equilibrar os arsenais de dois ou mais Estados, com redução de quantidades de acordo com as circunstâncias do momento. Nesse caso, a própria disseminação das armas nucleares deveria ser mitigada, mas não impedida completamente, quando disso resultasse na obtenção de vantagens para a sociedade internacional, como a estabilidade da ordem. O que Bull propõe é, pode-se dizer, uma solução realista, para a garantia da segurança internacional, quando o cenário do completo desarmamento é praticamente visto como impossível.

Outro problema seria entender quais Estados estariam aptos a entrarem no círculo atômico. Essa questão para Bull é subjetiva pois depende sobre qual prisma está sendo abordado. Determinado país, sendo aliado, poderá ser considerado benigno em relação as suas pretensões nucleares, enquanto que para outros, sendo inimigo, será compreendido como uma provável ameaça. A solução do caso, quando houvesse, somente seria resolvida pela interação dos interessados tendo em conta suas relativas capacidades. Estados com condições de fabricar essas armas como o Brasil, teriam o direito de o fazer, entretanto seriam sempre coagidos do contrário por aqueles países nuclearmente armados. Em consideração sobre a importância estratégica dessas armas, os Estados nucleares tendem a dificultar ao máximo a proliferação, recorrendo inclusive a força, sejam em ameaças diplomáticas ou até a medidas extremas como a guerra. Para Bull, dado os limites dos tratados de não disseminação, para a garantia da segurança internacional, os Estados atômicos poderiam se utilizar da guerra para impedir que outros Estados obtivessem essas armas (uma situação da esfera política, embora possa ser moralmente e juridicamente condenável), quando a estabilidade e o equilíbrio estivessem ameaçados (NETO, 2011, p. 29).

Como foi verificado, realistas e neorealistas defendem que a balança de poder não é somente uma descrição de como os atores estatais agem nas relações internacionais, mas também demonstram como de fato deveriam agir. A primazia da segurança é defendida como elemento central para esta defesa do equilíbrio das capacidades dos grandes atores envolvidos com o curso que os fatos políticos tomam ao longo dos anos. O argumento essencial é que um equilíbrio na balança favorece toda a sociedade internacional ao proporcionar a estabilidade almejada, o que não impede o uso da força e até conflitos armados para garantir a ordem se as circunstâncias exigirem, e assim garantir que a balança seja restaurada. Entretanto, questionamentos sobre esse típico comportamento dos Estados e sua defesa por teóricos realistas, são constantemente feitos, e envolvem, de fato, qual o real grau de segurança que tal “equilíbrio” de fato possa atingir? Que tipo de estabilidade é alcançada? A que preço esse equilíbrio é atingido? O aniquilamento mútuo não é uma opção? Tais perguntas inquietam muitos teóricos sociais e internacionalistas. Entre eles o filósofo e jurista Norberto Bobbio, um profundo crítico do chamado “equilíbrio do terror”.

3. As críticas de Bobbio ao Equilíbrio do Terror

Norberto Bobbio (1909-2004), em duas coletâneas de artigos, *O problema da guerra e as vias da paz* (1971) e *O Terceiro Ausente* (1989), reforça a necessidade da reflexão sobre as questões da guerra e da paz no mundo contemporâneo. Mesmo em nossos dias, esse tema é mais atual do que nunca, quando Estados Unidos, Inglaterra, China e Rússia ensaiam um jogo perigoso de forças em um curso de ameaças recíprocas, que relembram os tempos da Guerra Fria. Por isso que as reflexões e os problemas levantados por Bobbio, assim como suas tentativas de respostas, devem ser consideradas e discutidas, ainda mais porque foi testemunha ocular dos grandes conflitos do século XX, e pôde compreender o quanto essas questões são ao mesmo tempo importantes e complexas.

Bobbio foi um grande crítico da “ética da potência”, a qual se opõem defendendo “a ética do diálogo”, enquanto defendia a necessidade de um terceiro acima das partes, através da paz pelo direito, ou como dizia, um pacifismo institucional. Esse pacifismo institucional, uma solução não-violenta para os conflitos entre os Estados, está ausente, embora a ONU (Organização das Nações Unidas), tenha tentado alcançar esse objetivo. Para Bobbio, a ONU é um *tertius inter partes*, e apesar de ter aspectos positivos em suas propostas, como a condenação da guerra e a sua proibição como fato ilícito, ainda é pouco eficaz (BOBBIO, 2003, p. 13).

De acordo com Bobbio, a doutrina e prática do equilíbrio do terror, junto com a teoria do Estado totalitário, são os lugares máximos em que a teoria política difunde o medo em sua maior intensidade. O equilíbrio do terror, expressão que foi usada para descrever a relação entre as duas maiores potências (EUA e União Soviética) na época da Guerra Fria, com a ameaça do uso das armas atômicas, segue a doutrina da balança de poder:

Como doutrina das relações internacionais, a doutrina do equilíbrio do terror (*balance of terror*) retoma, repete, prolonga e, quem sabe, leva a extremas consequências a doutrina tradicional do equilíbrio das potências (*balance of powers*), a doutrina segundo a qual em uma situação considerada permanentemente conflituosa entre entes respectivamente independentes o único modo de manter uma paz relativa é o equilíbrio das forças. Que o tradicional equilíbrio das potências fosse multipolar e o atual equilíbrio do terror, ao menos até agora, é bipolar, é para os nossos fins irrelevante. (...) O que caracteriza o atual equilíbrio do terror em relação ao tradicional equilíbrio das potências é a referência exclusiva não tanto à paz em geral, mas à eliminação, embora fosse melhor dizer à *suspensão sine die*, da guerra combatida com armas nucleares (BOBBIO, 2009, p. 60).

Como em estado de natureza, o equilíbrio do terror também é fundado pelo temor recíproco. Nesse aspecto, para que as agressões sejam impedidas ou mitigadas, as capacidades dos agressores devem estar em equilíbrio. Enquanto que nas relações internas a desigualdade de forças garante a paz entre Estados e indivíduos, nas relações entre Estados é justamente a igualdade que possibilita a via pacífica (BOBBIO, 2009, p. 64). Por isso que a técnica de dissuasão das bombas atômicas, mediante o equilíbrio entre as partes, visa desencorajar qualquer tentativa de agressão, ao mostrar que os custos de um possível ataque são muito maiores que seus prováveis benefícios.

Quando se pensa em armas nucleares, e em seu potencial destrutivo, a dissuasão afirma a “confiança de que a potência das novas armas seja tamanha a ponto de constituir pela primeira vez na história um impedimento capaz não apenas de obstaculizar a agressão, (...), mas de torná-la, mais que improvável, completamente impossível” (BOBBIO, 2009, p. 66). Nas palavras de Bobbio, não sem uma certa ironia, um poder quase que “taumátúrgico”, milagroso. Em uma possível guerra em que não haveria nem vencedores ou vencidos, a “astúcia da razão” se faz presente pela doutrina da dissuasão imposta pela balança de poder:

Os homens desejam o mal, mas a providência, ou a astúcia da razão, chamem-na como quiserem, faz com que o bem surja do mal. E dessa vez, para completar, do maior dos males até agora experimentados, nada mais nada menos que da arma omnidestruidora, deriva o máximo bem, o fim da guerra, a paz perpétua. Não fosse o fato desse argumento ter sido usado infinitas vezes

pelos ‘doutrinados’ (...) e ter nascido de uma recusa a refletir até o fundo sobre o mal radical e o destino do homem, empurrada pela necessidade de tudo explicar e tudo justificar (a meu juízo, um fenômeno típico de “falsa consciência”), seria realmente o caso de nos espantarmos com o enorme número de pessoas, até mesmo entre os doutos, que se deixaram levar pela confiança no equilíbrio do terror. Não há nada de mais irracional do que depositar a própria confiança na racionalidade da história. (BOBBIO, 2009, p. 67-68)

Nesse ponto, Bobbio demonstra o seu ceticismo em relação a doutrina da balança de poder e de sua derivada, ao argumentar sobre uma espécie de “fé cega” em uma teoria e uma prática que pode muito bem ser refutada por circunstâncias reais plausíveis de serem consumadas. Afinal, a história já provou que de eventos fortuitos, grandes guerras já se originaram, quando as opções no tabuleiro dos tomadores de decisões diminuem, e as pressões do momento levam às ações inimaginadas em tempos passados. Destarte, Bobbio defende que o tempo transcorrido do surgimento da teoria do equilíbrio do terror é ainda muito curto para determinar seus efeitos benéficos e não há motivos para acreditar que uma guerra termonuclear não aconteceu somente pelos efeitos da mesma. Quando as demais condições para uma guerra forem satisfeitas, a balança de poder impedirá o uso das armas nucleares? “Se é difícil estabelecer as causas daquilo que aconteceu, é ainda mais difícil estabelecer as causas daquilo que não aconteceu. É um velho preconceito afirmar que a história não é feita com os ‘se’” (BOBBIO, 2009, p. 68). Não é possível estabelecer que o equilíbrio do poder evitará guerras nucleares futuras.

O paradoxo do equilíbrio do terror é que as armas de destruição em massa não foram feitas para serem usadas, mas de fato, impedir o uso delas pelos demais. São instrumentos bélicos construídos com a finalidade da ameaça potencial, pois “com um grau altíssimo de previsibilidade, a passagem da potência ao ato faz com que ela deixe de ser funcional” (BOBBIO, 2009, p. 69). Ou seja, o seu uso só traria desvantagens para os dois lados da balança. O outro paradoxo, revela que o equilíbrio só impede o uso das armas atômicas, mas não de outras armas ou das guerras convencionais. A expectativa de que as bombas atômicas terminariam com as guerras foram frustradas pelos conflitos travados posteriores a elas. Elas mudaram pouco o cenário das guerras tradicionais, o que a princípio demonstraria “a sua absoluta inutilidade” (BOBBIO, 2009, p. 70). Todavia, quem possui as bombas, não as descartam por nada, e quem não as possui, querem fabricá-la a todo custo, o que atesta, o poder potencial desses arsenais bélicos.

Para Bobbio, diferente dos teóricos da Escola Inglesa das Relações Internacionais que defendem a ideia de uma sociedade internacional regida por normas consentidas ou implícitas,

as relações interestatais estão como que em estado de natureza hobbesiano ou anárquico. Bobbio, portanto, demonstra o seu ceticismo, em relação a qualquer sistema internacional no qual não existe um terceiro acima das partes, um Estado global, aos moldes da situação interna dos Estados soberanos, que possuem a legitimidade do uso da força para impor as leis. Sendo assim, aqueles que querem acreditar em um equilíbrio de forças devem desconsiderar muitas variáveis dessa ordem, algo que o filósofo e jurista italiano não estava disposto a fazer por dois contra-argumentos: a impossibilidade e a ineficácia do equilíbrio do terror.

Em primeiro lugar, a possibilidade do equilíbrio depende da igualdade de forças, que garante o temor recíproco. No entanto, dado a amplitude de variáveis tanto qualitativas, quanto quantitativas, impede que uma análise objetiva possa ser feita com precisão em relação as capacidades dos envolvidos. O que se vislumbra é um jogo de ameaças recíprocas, em que os adversários não conhecem completamente o poder dos demais, e com isso, podem achar oportunidades estratégicas com base em estimativas equivocadas, em que as consequências serão imprevisíveis. Assim, para Bobbio, esse não é tanto um equilíbrio, mas uma competição, cujo objetivo é a sobreposição aos demais na luta pela hegemonia.

Nada revela mais a ambiguidade das relações internacionais do que esse crescente aumento de armamentos no mundo, que se desenrola à sombra de negociações pelo desarmamento nunca definitivamente concluídas. Não há nenhum indício encorajador de que esse processo de equilíbrio dinâmico, no qual a igualdade de forças, quando é reconhecida por uma das partes, não é reconhecida pela outra parte, e, portanto, na prática, nunca se verifica um juízo concorde de ambas as partes, estejam prestes a cessar. (BOBBIO, 2009, p. 71-72)

O resultado é o oposto da estabilidade almejada, e momentos de tranquilidade são apenas pausas estratégicas para o aumento das capacidades materiais com objetivo de sobrepassar as do adversário. A única forma de garantir a própria segurança, dado o estado de natureza internacional, é a superioridade, “o que explica porque o tão ostentado equilíbrio das forças é tão frágil a ponto de ser fictício: na realidade, o único modo que cada um dos grandes contendores tem de estar seguro é sendo superior, mesmo que declare estar buscando unicamente a paridade (BOBBIO, 2009, p. 72).

Em segundo lugar, mesmo que fosse possível o equilíbrio, a sua eficácia é ainda menos plausível. Para Bobbio, a eficácia exclusivamente pode ser parcial. Pois, embora possa paralisar o uso de armas atômicas até o presente, ele não interfere no uso das armas convencionais e o ideal da paz não é atingido. Mesmo quando se considera as armas atômicas, o equilíbrio é

instável e não pode ser a solução para a eliminação de guerras atômicas: “enquanto tal problema perdurar, o estado que ele gera é um estado de trégua e não de paz, ou seja, uma paz provisória, e não peremptória; temporária, e não definitiva” (BOBBIO, 2009, 73-74).

Na competição desenfreada pelo poder bélico e atômico, tão-somente duas hipóteses podem ser conjecturadas, para o seu desfecho final, de acordo com Bobbio. Ou a guerra atômica, quando um dos lados achar estrategicamente viável mesmo sob muitos riscos, ou a renúncia às armas de destruição em massa, com a instauração de um poder central acima das partes. Estas opções:

Desmentem de modo indiscutível a eficácia da estratégia da dissuasão e revelam, aliás de modo incontestável, a sua falência; a primeira porque demonstraria com fatos que a guerra é sempre possível, a segunda porque demonstraria que a paz só pode ser buscada fora e além da lógica do terror recíproco. (BOBBIO, 2009, p. 74)

Por isso, Bobbio defende uma tomada de consciência atômica contra a doutrina do equilíbrio do terror, que foi uma variação da noção de balança de poder, em prol de um pacifismo ativo. A posição realista, portanto, é totalmente condenada por Bobbio, pois não impede a corrida armamentista, pelo contrário, considera uma necessidade da esfera política. Existe a possibilidade que estas armas sejam cada vez mais mortíferas, em que o resultado será a construção de uma arma absoluta. O realista precisa, desse modo, reconhecer, para ser coerente com seu realismo, a probabilidade real de uma guerra termonuclear, e “aceitar o risco da destruição total, isto é, do salto qualitativo” (BOBBIO, 2003, p. 66). Para Bobbio, esses jogadores de azar, que se aproveitam da ameaça da guerra “mantém os não-iniciados num estado de estúpida inconsciência, acumula dia a dia materiais para o extermínio” e devem ser combatidos pela formação de uma consciência atômica para a paz mundial (BOBBIO, 2003, p. 67-69). O equilíbrio do terror tenta tornar a guerra impossível, contudo a guerra é “apesar de sua terribilidade, material e moralmente possível”, pois caso contrário “a situação definida como equilíbrio do terror não teria mais razão de subsistir” (BOBBIO, 2003, p. 74).

Aqueles que querem fugir dessa lógica realista deveriam buscar ações em prol do pacifismo ativo, que requer o engajamento em uma tomada de posição moral e a crítica das justificações da guerra. Tanto um pacifismo instrumental, pelas vias do desarmamento e da não-violência, quanto o pacifismo institucional, que por meios jurídicos, na instauração de acordos que objetivam reger as condutas dos Estados, e no caso extremo, a criação de um Estado Mundial, não são em nossos dias, “ao grau máximo, ao mesmo tempo, exequível e eficaz” (BOBBIO, 2003, p. 112). Então, a meta deveria ser abandonada?

Mas cabe hoje à filosofia a dupla tarefa de adquirir e fazer adquirir consciência da situação-limite em que nos coloca essa última encruzilhada e fazer aparecer por sinais claros para onde levam respectivamente os dois caminhos, de modo que ninguém possa dizer de agora em diante que não conhecia com exatidão o ponto de chegada ou que o conhecia porém o único modo de saída era mais uma vez não um cálculo, mas uma aposta. Fazer adquirir essa consciência e dar um nome aos dois caminhos é aquilo que se chama hoje promover uma consciência atômica. (BOBBIO, 2003, p. 113)

Com esse ideal da consciência atômica, e para combater a vontade de potência Bobbio defendeu a ética do diálogo (BOBBIO, 2003, p. 233-239). Enquanto a potência não reconhece os demais como iguais, e sempre pondera a própria superioridade moral acima de qualquer um, com vistas a desígnios autointeressados, o diálogo autêntico atribui dignidade igual aos interlocutores. Se no diálogo, é depositada a esperança em uma saída possível e necessária para a humanidade, será preciso ter a coragem de incentivar e realizar a confiança mútua como forma de combater a vontade de potência. Não obstante, Bobbio tinha consciência das dificuldades da meta, apesar de insistir no caminho inverso ao precipício.

Considerações finais:

Como foi exposto, a defesa dos realistas das relações internacionais da noção de balança de poder, trata de descrever uma estrutura internacional em que os atores são os Estados. Um sistema de autoajuda, em que cada um pode contar apenas consigo mesmo e com uns poucos aliados. A maneira para desincentivar as futuras agressões, é garantir uma igualdade de condições no que se refere as capacidades bélicas e operacionais. Para os realistas e neorrealistas, a manutenção desse equilíbrio é fundamental, na medida em que garante um modo de estabilidade, aquela que se faz com as armas. Essa estabilidade não é ausência completa de confrontos, mas a sua mitigação a padrões aceitáveis. Não se versa aqui, sobre a sonhada, mas não realizada, paz.

Assim, a busca por segurança nas relações internacionais, faz com que se criem, tanto em nível regional, como em nível internacional, balanças de poder, como que uma lei da natureza. Os atores internacionais, em competição, procurarão sempre equilibrar o jogo, para evitar a supremacia de um lado, e ao fazer isso, impedem, segundo suas alegações, agressões arbitrárias. De outro modo, defendem que esse equilíbrio trará uma maior estabilidade internacional, num meio em que o desarmamento não é uma opção viável.

O importante é evitar os riscos, e se possível impedir que novos atores se alcem a possíveis concorrentes, principalmente aqueles considerados benignos e aliados. A doutrina do equilíbrio do terror, derivada da noção de balança de poder, também busca uma igualdade de condições para que aqueles que possuem as armas de destruição em massa, como a bomba atômica. Aqueles que defendem esta forma de equilíbrio, justificam que a disseminação dessas armas, impedem a possibilidade da guerra nuclear, pois existe o risco do *second strike* ou contragolpe. O uso dessas armas seria contraproducente em uma visão utilitária da guerra. Ninguém sairia vencedor.

Contrário a essa abordagem, Norberto Bobbio fez uma série de escritos na segunda metade do séc. XX ao defender a proposta de uma consciência atômica contra a noção do “equilíbrio do terror”, que segundo ele, só poderia ser fruto de oportunistas, que levariam muitos a se enganar, pelo otimismo, ao confiar cegamente nessa “estabilidade”. De acordo com Bobbio, o equilíbrio não era nem possível nem eficaz, e a possibilidade de uma futura guerra atômica, em meio a uma competição sem limites, seria perfeitamente factível. O equilíbrio do terror, de forma alguma evitaria a guerra nuclear, pois a própria fabricação dessas armas propiciaria o seu uso, quando as circunstâncias assim o exigissem, como quando foi lançada pela primeira vez sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki, ao final da Segunda Guerra Mundial.

Com essa proposta de um pacifismo ativo para a consciência atômica, Bobbio mostrou mais uma vez seu pessimismo da razão, e a necessidade de sermos otimistas, mesmo em assuntos tão adversos. Segundo ele, os intelectuais tem o dever de, ao mostrar com contra-argumentos, as incongruências dessas doutrinas, somados ao perigo e a sensação de insegurança gerados, alertar ao público o quão insensato é essa competição desenfreada pela busca da arma de máxima destruição. O seu ceticismo para com essas noções de equilíbrios e que defende a busca pela reflexão, reforça que as saídas embora difíceis, existem e devem ser buscadas.

Referências:

- BOBBIO, Norberto. **O problema da guerra e as vias da paz**. 1ª Ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **O terceiro Ausente. Ensaios e Discursos Sobre a Paz e a Guerra**. 1ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

LAYNE, Christopher. The War on Terrorism and the Balance of Power: The Paradoxes of American Hegemony. In: T. V. Paul, James J. Wirtz, and Michel Fortmann (org.). **Balance of Power. Theory and Practice in the 21st Century**. 1^a Ed. California: Stanford University Press, 2004. p. 103-127.

NETO, Ibrahim Abdul Hak. **Armas de Destruição em Massa no Século XXI: Novas Regras para um Velho Jogo - O paradigma da Iniciativa de Segurança contra a Proliferação (PSI)**. 1^a Ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

PAUL, T. V. Introduction: The Enduring Axioms of Balance of Power Theory and Their Contemporary Relevance. In: T. V. Paul, James J. Wirtz, and Michel Fortmann (org.). **Balance of Power. Theory and Practice in the 21st Century**. 1^a Ed. California: Stanford University Press, 2004. p. 1-25.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. 1^a Ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

Recebido em: 30/01/2022

Aceito em: 07/02/2022